D. Rodrigo de Moura Teles, bispo da Guarda: apostolado e legado de um modelo *borromiano*

Maria do Carmo Raminhas Mendes

O percurso de D. Rodrigo de Moura Teles enquanto bispo da Guarda era praticamente desconhecido até que começou a ser desvelado enquanto parte do resultado da investigação no âmbito de mestrado e doutoramento[1], sendo que a mesma incidiu sobre o estudo, até aí também nunca elaborado com a profundidade necessária, da diocese da Guarda dos séculos XVII e XVIII, dos seus intervenientes no plano eclesiástico e do legado apostólico e artístico que nos deixaram.

D. Rodrigo de Moura Teles foi nomeado bispo da Guarda em 1694, antes de ter sido elevado à condição de arcebispo de Braga em 1704. Até à data e como já referido, eram muito parcos os dados documentais referentes à sua passagem pela diocese egitaniense, pela razão de que não existe um fundo que reúna toda a documentação produzida pela Cúria diocesana antes do século XIX[2]. Assim, a investigação centrou-se no Arquivo Nacional - Torre do Tombo e voltou-se para os livros de Registo Paroquial, vistoriados à época pelos visitadores e pelos próprios bispos em contexto de visita pastoral e, ao mesmo tempo direccionou-se, no mesmo local, a pesquisa para outros fundos documentais que se apresentaram directa ou indirectamente relacionados com a Diocese da Guarda deste período.

---

[1] - Mendes, Maria do Carmo Raminhas, *Pintura Barroca e Emblema: imagética da Escola do Coração no tecto da capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Conceição na Covilhã (1675-1725)*, dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Arte, Património e Teoria do Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009, 2 volumes; Mendes, Maria do Carmo Raminhas, *A Palavra da Imagem: ideologias, funções e percepções na linguagem pictórica barroca em Portugal (A Diocese da Guarda 1668-1750)*, tese para a obtenção do grau de Doutor em História, na especialidade de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015, 2 volumes.

[2] - Algumas fontes bibliográficas consultadas, relativas à história da Guarda, referem extravio de documentos pertencentes à Cúria egitaniense ao longo dos séculos, mencionando como justificação um grande descuido e incúria. A exemplo, o autor Carlos Oliveira, no seu livro *Apontamentos para a monografia da Guarda*, cita o bispo D. Bernardo António de Melo Osório (bispo da Guarda entre 1742 e 1772) que, em carta datada de 1748 e enviada para Roma no âmbito da visita *ad sacra limina apostolorum*, refere que «Pelo caminho que levam os espólios dos Bispos e para não se perderem os livros (nenhum achei quando vim para o Bispado) das livrarias que tenho nos paços desta cidade e de Castelo Branco, peço além das penas de direito, uma excomunhão Papal reservada a Sua Santidade contra os que, no tempo da Sé vaga, distraírem os bens e coisas que ficarem dos Bispos *quae servando servari possunt* para os sucessores; e contra os que, fôra dos ditos paços, tirarem das ditas livrarias algum livro, em todo o caso no tempo das Sés vagas e fôra dele, sem expressa licença dos Bispos que existirem.» (Oliveira, Carlos, *Apontamentos para a monografia da Guarda*, Guarda, Câmara Municipal de Guarda, 1940, p. 330).

Durante o trabalho de investigação, e para além dos dados que iam sendo apurados nos livros de Registo Paroquial, encontrou-se documentação produzida pela Cúria egitaniense em mais dois fundos: no fundo da "Câmara Eclesiástica de Castelo Branco", diocese criada em 1771 a partir de território retirado à Guarda[3], e no fundo das "Confrarias, Irmandades e Mordomias", o qual reúne documentação avulsa produzida em contexto paroquial, considerada de menor interesse aquando da criação do Arquivo dos Registos Paroquiais de Lisboa, na sequência das arrolações da República após 1910[4].

A morfologia geográfica da diocese da Guarda nos séculos XVII e XVIII e ao tempo da presença de D. Rodrigo de Moura Teles era consideravelmente diferente daquela que hoje apresenta: assumindo uma forma trapezoidal, com a capital da diocese a norte, a sua extensão prolongava-se a sul até ao rio Tejo, inscrevendo em si sete distritos eclesiásticos: Aro da Guarda, Arciprestado de Celorico da Beira, Arciprestado de Castelo Branco, Arciprestado de Monsanto, Arciprestado da Covilhã, Arciprestado de Penamacor e a Ouvidoria de Abrantes. O mapa que apresentamos foi traçado confrontando os dados apurados nos livros de Registo Paroquial e nas Memórias Paroquiais de 1758. Dentro da área geográfica da diocese, existia um conjunto de localidades pertença do Priorado do Crato (assinaladas no mapa com "estrela"), as quais pela sua condição de *nullius diocesis*[5] separavam o arciprestado de Castelo Branco da Ouvidoria de Abrantes (**Fig. 1**).

[3] - A diocese da Guarda era, nos inícios do séc. XVI, uma das maiores do país. Viu em 1549, durante o reinado de D. João III, o seu vasto território ser desmembrado para a criação da diocese de Portalegre, e em 1771 foi o mesmo ainda mais reduzido para a criação da diocese de Castelo Branco (extinta em 1881).

[4] - Convém salientar a importância da descoberta deste fundo documental completamente inédito: testemunhos náufragos das arrolações que não lhe deram a devida importância e assim excluídos do plano da exigência de conservação, muitos dos livros de visitações arrolados em 1910 foram remetidos para Lisboa e guardados nos então designados Arquivos dos Registos Paroquiais de Lisboa, onde durante largos anos aguardaram inventariação. Só em 1968 a arquivista Natália Nunes se deparou com esta documentação encerrada numa dispensa do Arquivo, à mercê da água que caía «de canos rotos e onde os insectos e os roedores eram hóspedes permanentes, de onde resultaram estragos irreparáveis» (Nunes, Natália, *Informação histórica a colher nos Livros de Registo Paroquial*, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1968, p. 8). A documentação que foi possível recuperar foi inventariada e catalogada pela mesma arquivista, embora alguns documentos estejam excluídos da consulta pública devido ao mau estado em que se encontram.

[5] - Agregadas ao Priorado do Crato, não pertenciam à diocese da Guarda, embora se inscrevessem no seu território.

A investigação implicou em si a consulta de todos os livros de Registo Paroquial das freguesias das sedes dos arciprestados atrás nomeados, entre os anos 1550 e 1750, e também toda a documentação do fundo das "Confrarias, Irmandades e Mordomias"; neste âmbito, foi possível traçar com precisão considerável o trajecto que D. Rodrigo de Moura Teles terá efectivado enquanto bispo da diocese da Guarda, pelas anotações e advertências que o mesmo fazia questão de deixar registadas e assinadas nos livros de Registo Paroquial (**Fig. 2**).

Desta extensa consulta resultou também a transcrição integral de 5 cartas de visitação de D. Rodrigo (relativas aos anos de 1696, 1699, 1701, 1702 e 1703) e dez cartas pastorais (sete de 1697, uma de 1698, uma de 1699 e uma de 1700 – estas duas últimas encontradas no fundo das "Confrarias, Irmandades e Mordomias"). No fundo da "Câmara Eclesiástica de Castelo Branco" foram encontrados três livros de devassas incompletos, relativos à Ouvidoria de Abrantes

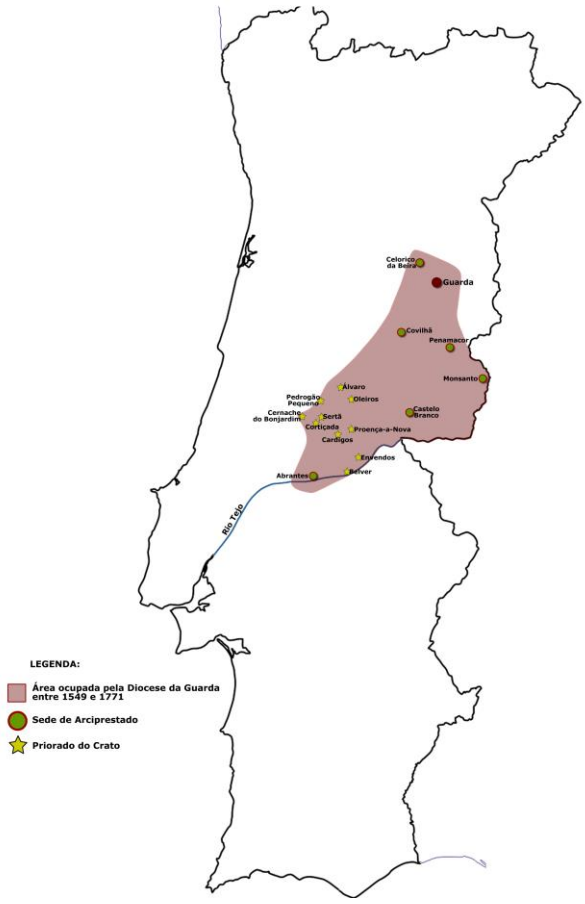

Fig. 1 - Área ocupada pela Diocese da Guarda, entre 1549 e 1771. Traçada segundo os dados apurados nos Registos Paroquiais à época e nas Memórias Paroquiais de 1758 (imagem da autora).

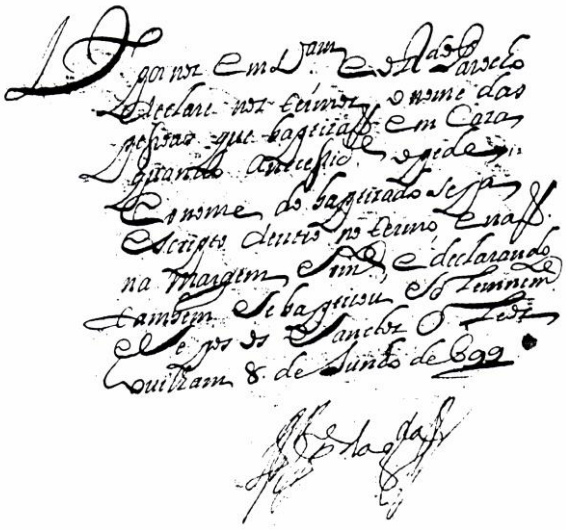

Fig. 2 - Anotação de visitação com assinatura de D. Rodrigo de Moura Teles, bispo da Guarda, num dos livros de Registo Paroquial da freguesia de Santa Maria Madalena da Covilhã, datada de 08 de Junho de 1699, ANTT.

e datados de 1696, 1703 e 1704, este último já com D. Rodrigo de Moura Teles nomeado arcebispo de Braga[6].

Pela extensa consulta documental, podemos asseverar que a actividade pastoral de D. Rodrigo de Moura Teles na diocese da Guarda foi frequente e assertiva: embora nem todas as sedes de arciprestado apresentassem assentos com registo da sua assinatura (como foi o caso de Celorico da Beira), podemos contudo afirmar que assim que chegou à diocese em 1695 logo iniciou um percurso visitacional de frequência anual, levado a cabo por si próprio ou, nos locais mais remotos, por visitadores por si directamente nomeados[7], chegando assim a todas as freguesias da diocese[8]. A análise comparativa da datação dos assentos revela que a sua principal preocupação, antes de iniciar a visita propriamente dita, era a de efectivar o Sacramento da Confirmação às populações, tendo sido encontrados treslados das listagens dos crismados em Abrantes, Castelo Branco, Covilhã e Guarda. Seguidamente, procedia então à visita e à devassa. Na tabela, apresentamos os anos onde foram encontrados assentos registados nos livros de Registo Paroquial das freguesias das sedes dos sete distritos eclesiásticos e também nos livros de devassa, todos atestados pela presença da sua assinatura (**Tabela 1**).

ABRANTES	1696, 1700, 1703 e 1704
CASTELO BRANCO	1695, 1697, 1700 e 1703
CELORICO DA BEIRA	-
COVILHÃ	1696,1699 e 1703
GUARDA	1695, 1697, 1699, 1701 e 1703
MONSANTO	1696
PENAMACOR	1696 e 1699

Tabela 1 - Percurso visitacional de D. Rodrigo de Moura Teles nas sedes dos sete distritos eclesiásticos da Diocese da Guarda, com base nos assentos atestados pela presença da sua assinatura, segundo dados apurados nos Registos Paroquiais, e no fundo da "Câmara Eclesiástica de Castelo Branco", ANTT.

[6] - Para além de não existir um fundo documental da diocese egitaniense, também não existe, como é usual, uma galeria dos Bispos da Guarda: o retrato mais antigo de um bispo da Guarda reporta-se a D. Jerónimo Rogado do Carvalhal e Silva, bispo da Guarda entre 1775 e 1797; de D. Rodrigo de Moura Teles não existe registo visual enquanto bispo da diocese egitaniense (embora tenha certamente existido).

[7] - Foi encontrada, no fundo da "Câmara Eclesiástica de Castelo Branco", uma provisão datada de 02 de Abril de 1703, na qual o bispo D. Rodrigo de Moura Teles nomeia Francisco da Silva Manuel, prior da freguesia da Madalena da Covilhã, e arcipreste da então vila, visitador ordinário do Arciprestado de Castelo Branco e da Ouvidoria de Abrantes (Mendes, Maria do Carmo Raminhas, *A Palavra da Imagem (…)*, vol. I, p. 116). Numa carta de visitação à freguesia, datada de 08 de Maio de 1702, o bispo reconhece o zelo deste prior (Mendes, Maria do Carmo Raminhas, *A Palavra da Imagem (…)*, vol. II, p. 67).

[8] - Mendes, Maria do Carmo Raminhas, *A Palavra da Imagem (…)*, vol. I, pp. 124-132.

As dez cartas pastorais encontradas atestam o espírito verdadeiramente apostólico que D. Rodrigo de Moura Teles demonstrou no âmbito das visitações enquanto bispo da Guarda. Admirando o exemplo do seu antecessor na Guarda D. Frei Luís da Silva[9], partilhava com este idênticas preocupações no âmbito da doutrina, do decoro e da imagem, numa diocese cuja população teimava em descuidar-se dos preceitos da fé.

O ensino da doutrina foi tema de grande insistência por parte de D. Rodrigo logo na primeira carta pastoral encontrada, datada de 15 de Maio de 1697, acusando os párocos de desleixo perante a ignorância patente dos súbditos, facto que constatou durante a visita que efectuou à diocese; do mesmo modo, alertou para a extrema necessidade do sacramento da confissão, provida de confessores capazes,

> […] que tenhão as partes, e requesitos necessarios para que susta e elegantemente admenistrem, e por que estes são terem limpesa de sangue, procedimento, bom exemplo na vida, bons costumes e aprovação na ciencia e doutrina para que valida e verdadeiramente absolvão aos penitentes»,

assim como referiu o decoro que tal acto requeria, mandando que no «Bispado que nenhum confessor confessase mulher fora do confessionario, senão pellas gradinhas deste[10].

Revogou também todas a licenças para confessar e pregar até aí emanadas – inclusive as dos seus antecessores -, exigindo que só fossem aceites confessores e pregadores que apresentassem licenças passadas com data posterior à carta pastoral[11].

Era esta a realidade da diocese da Guarda, nos tempos de transição do século XVII para o século XVIII. D. Rodrigo, assim como D. Frei Luís da Silva, revelou grande inquietação perante a enorme ignorância dos seus súbditos nos mistérios da fé católica, pedras basilares de uma Igreja unificada. Esta primeira carta pastoral e a que se segue, emanada cinco dias depois, a 20 de Maio de 1697, resultou também da reflexão sobre a realidade com que se confrontou: para além de verificar um perigoso

---

[9] - Mendes, Maria do Carmo Raminhas, *A Palavra da Imagem (...)*, vol. I, p. 274. Bispo da Guarda entre 1684 e 1691; neste ano foi nomeado para o Arcebispado de Évora, onde permaneceu até à data da sua morte em 1703. As suas duas biografias referem que foi, enquanto bispo da Guarda, um verdadeiro esmoler e mecenas; contudo, na actualidade os testemunhos da sua passagem pela diocese egitaniense apenas se encontram preservados em Castelo Branco (na Sé Concatedral, no Paço Episcopal e no Convento da Graça, actual Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco). Na arquidiocese eborense muitas das suas obras foram preservadas até hoje.

[10] - Mendes, Maria do Carmo Raminhas, *A Palavra da Imagem (...)*, vol. II, p. 25.

[11] - Em algumas cartas pastorais encontradas nos Registos Paroquiais da Covilhã e de Abrantes notam-se similitudes de discurso com ligeiras diferenças referindo situações de âmbito local, o que comprova que várias cartas eram redigidas, em consonância com a realidade não apenas do contexto diocesano mas focando aspectos locais, ou seja, de cada arciprestado.

desconhecimento da doutrina cristã, constatou que muitos súbditos se descuidavam em ouvir a palavra de Deus aos domingos e dias santos, desrespeitando os dias consagrados a Deus em prol do trabalho e do lucro, pelo que ordenou o combate à situação através da denúncia e da aplicação de multas, dando «por condenados a cada hum delles de qualquer callidade, estado ou condisam que seja que se achar trabalhando ou se provar que mandou trabalhar nos dias prohibidos, ou trabalhando antes ou depois de missa em duzentos reis aplicados na forma disposta na nossa Constituição»[12].

Estes são dados que nos permitem afiançar que eram necessárias medidas urgentes, pois as duas pastorais seguintes atentam contra superstições implantadas e desleixo dos párocos em combatê-las, assim como criticam o descuido na imagem que os clérigos transmitiam aos fiéis[13]. Numa outra, transcrita num livro de registos mistos da freguesia de São Pedro de Abrantes e datada de 13 de Dezembro de 1697, para além do bispo alertar insistentemente para os perigos dos exorcismos sem a licença da Cúria episcopal, referiu uma pastoral emanada em 1695 (a qual não se encontrou no decurso da presente investigação) para relembrar a estrutura que as procissões deveriam apresentar, sob pena de excomunhão maior caso o descrito não se verificasse:

> […] mandamos debaixo das ditas penas que não aja nas festas e procições danças, ou folias nem chacotas e avendoas fora destes actos que nunqua sera dentro das Igrejas, nem nas procições, mas adiante dellas bem separadas, quando as queirão fazer não sera de homens vestidos em traje de molheres, nem essas em traje de homens, senão cada hum vestido segundo o seu sexo e nas ditas penas não incurrerão as pessoas que entrarem nas tais chacotas, ou folias senão as pessoas que as direm, ou lhe pagarem, e o Parocho que as consintir[14].

Este bispo assumiu uma posição determinada de combate face aos comportamentos desviantes, e as suas cartas pastorais reflectem uma atitude verdadeiramente incisiva perante os mesmos – o que se confirma pelo enlevo pessoal que aplicou em toda a sua actividade visitacional, como anteriormente exposto. Dado o breve episcopado de D. João de Mascarenhas[15], o último bispo efectivamente presente na diocese da Guarda tinha sido D. Frei Luís da Silva, e como tal era necessária uma

[12] - Mendes, Maria do Carmo Raminhas, *A Palavra da Imagem (...)*, vol. II, p. 31.
[13] - Mendes, Maria do Carmo Raminhas, *A Palavra da Imagem (...)*, vol. II, p. 33.
[14] - Mendes, Maria do Carmo Raminhas, *A Palavra da Imagem (...)*, vol. II, p. 41.
[15] - Entre o bispado de D. Frei Luís da Silva e de D. Rodrigo de Moura Teles foi bispo da Guarda D. João de Mascarenhas, que transitou da diocese de Portalegre para a diocese egitaniense. Foi indigitado para a Guarda em 1692 e o seu episcopado não chegou a perfazer um ano, tendo falecido inesperadamente a 17 de Janeiro do ano seguinte, em Celorico da Beira.

atitude afirmativa de poder para alterar vícios implantados durante o período em que a diocese tinha ficado sem pastor.

Desse ano de 1697 data ainda outra carta pastoral, onde referiu a grave omissão dos párocos em não procederem aos registos de baptismo, casamento e óbito de acordo com a Constituição Sinodal do Bispado, impondo multas em caso de incumprimento das disposições diocesanas. Também foram focados os ermitães do bispado, que auferiam provisões de terceiros sem conhecimento prévio da Cúria episcopal, e todos os que se dedicavam ao ensino, deixando claro D. Rodrigo que

> […] pessoa alguã não ensine gramatica sem ser primeiro examinada de nosso mandado nem a Ler, ou escrever, ou muzica nem ...(?) compasso sem especial provisão nossa por que conste forão examinados, os que assim o não declararem os ...(?) ...(?) e ...(?) pessoa que se achar exercitandosse nos ditos ministerios pagara dous mil reis pella primeira ves, e tera vinte dias de aljube[16].

A atitude contundente de D. Rodrigo foi, durante o seu cargo, a sua imagem de marca – as cartas pastorais que emanou assim o testemunham. Na datada de 24 de Março de 1698 e transcrita num livro de registos mistos de São Pedro de Abrantes foca, mais uma vez, as superstições implantadas nos usos e costumes, aludindo a uma festa que se celebrava por toda a diocese, no dia de São Marcos, em que um touro personificava o evangelista e assistia, juntamente com as gentes, não apenas às celebrações litúrgicas como também as acompanhava em procissão pelas ruas das localidades; D. Rodrigo tendo conhecimento comunicou a Roma a situação no contexto da visita *ad sacra limina apostolorum*, pelo que em bula o Papa Inocêncio XII a proibiu determinantemente, afirmando D. Rodrigo que na missiva o pontífice

> […] prohibe a tal supristição do touro; e nos encomenda muito a façamos prohibir usando para esse effeito de nosso plenario poder como pello theor da presente nossa pastoral condenamos, e reprovamos todas as sobreditas superstições, e ceremonias que nossos subditos fazião com o tal touro, que chamavão de São Marcos, o que prohibimos outro sim senão chame nem o haja daqui em diante. E mandamos authoritate Apostolica a todas as pessoas, asim Eclesiasticas, como seculares, de qualquer grão, degnidade, preminencio, condição, ou estado que sejão e ainda os que havião ser para esta prohibição expressamente declarados; as quais havemos daqui por nomiadas, como se dellas fizessemos expressa menção sob pena de excomunham maior ipso facto incorrenda a nos reservada e de sincoenta cruzados pagos do Aljube aplicados para a nossa camera Episcopal e acusador não consintão, nem tenhão o tal touro, nem com elle

[16] - Mendes, Maria do Carmo Raminhas, *A Palavra da Imagem (...)*, vol. II, p. 49.

fação as ditas ceremonias por si, nem por outrem nem tam pouco os consitão por serem superticiosas em damno e detrimento de suas almas que com o pastoral cuidado devemos evitar quanto em nós possivel for[17].

Mais duas cartas pastorais relativas a este bispo foram encontradas, alusivas ao jubileu do ano de 1700 e às indulgências concedidas aos fiéis[18]; numa leitura geral ao resumidamente exposto, fica claro que D. Rodrigo se assumia plenamente como pastor que carregava aos ombros as suas ovelhas com a obrigação de as salvar d'«o inimigo do genero humano»[19]. Homem de profundas convicções religiosas e de enorme erudição legou, ao partir para Braga, um bispado já mais consciente da necessidade do conhecimento da doutrina cristã como garantia para a salvação da alma, resultado do autêntico apostolado que exerceu com veemência durante os quase dez anos que dedicou à Guarda.

Pela sucinta exposição anterior, podemos assim considerar que as principais preocupações pastorais de D. Rodrigo de Moura Teles, enquanto bispo da Guarda foram: o ensino da doutrina cristã, a importância do sacramento da Confissão, a importância da participação na Eucaristia, o decoro do clero e respeito pelos preceitos litúrgicos, o combate às superstições e a salvação das almas dos súbditos, seguindo escrupulosamente o modelo episcopal decretado por Trento para o governo das dioceses.

Atentando assim ao discurso das suas pastorais e muito particularmente ao património artístico que nos chegou até hoje e que datamos do período em que a diocese contou com a presença de D. Rodrigo de Moura Teles podemos afirmar, partindo também da confrontação com o testemunho deixado por outros bispos que o antecederam e que lhe seguiram (nomeadamente o já referido D. Frei Luís da Silva e o sobrinho de D. Rodrigo, D. João de Mendonça[20]), que o movimento catequético-conversor impulsionado por D. Rodrigo e aplicado à realidade maioritariamente iletrada da diocese egitaniense se condensou em três vias de abordagem: efetivou-se a prática da

[17] - Mendes, Maria do Carmo Raminhas, *A Palavra da Imagem (...)*, vol. II, p. 57.
[18] - Mendes, Maria do Carmo Raminhas, *A Palavra da Imagem (...)*, vol. II, p. 61.
[19] - Mendes, Maria do Carmo Raminhas, *A Palavra da Imagem (...)*, vol. II, p. 45.
[20] - D. João de Mendonça foi o sexto filho de Lourenço de Mendonça, irmão de D. Rodrigo de Moura Teles. Foi bispo da Guarda entre 1713 e 1736. Foi sepultado no Convento de Santo António de Castelo Branco, localidade onde residiu durante parte considerável do seu episcopado. Personagem humanista de grande erudição, foi da sua responsabilidade a concepção dos Jardins do Paço Episcopal de Castelo Branco. Esteve em Roma entre 1717 e 1720, no âmbito da visita *ad sacra limina apostolorum*, e pelas suas qualidades ímpares foi nomeado pelo Papa Clemente XI prelado assistente do Sólio Pontifício.

Via Sacra, afirmou-se o culto da Imaculada Conceição e implementou-se a devoção ao Sacramento da Eucaristia.

O testemunho visual deste movimento é particularmente presente na Covilhã: no tempo de D. Rodrigo de Moura Teles a então vila era maioritariamente constituída por população cristã-nova, cuja actividade laboral se centrava na manufactura dos lanifícios[21]; face à ignorância doutrinal patente, ao perigo de uma latente heresia judaica e ao desleixo pela prática dos preceitos litúrgicos, a acção de D. Rodrigo na Covilhã foi singularmente incisiva, não apenas apostando na boa formação dos clérigos como também recorrendo à criação de catequeses visuais, claramente reveladoras da sua principal preocupação: a salvação das almas dos súbditos. Esta postura está presente em três programas imagéticos, cujos modelos se centraram nas duas figuras basilares da fé Católica e na sua própria devoção: Cristo e a Sua Mãe, a Virgem Maria: o programa imagético da capela-mor da Capela de Santa Cruz ou do Calvário, o programa imagético da capela-mor da Igreja da Misericórdia e o programa imagético da capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Fig. 3 - Pormenor do retábulo da Capela de Santa Cruz, ou do Calvário, séc. XVII, Covilhã.

A Capela de Santa Cruz ou do Calvário data do século XVI e reza a tradição que foi mandada edificar pelo Infante D. Luís, senhor da Covilhã. Era pertença da Irmandade de Nossa Senhora da Vera Cruz, cujo compromisso foi mandado reformular, logo em 1695, por D. Rodrigo de Moura Teles. Apresenta, na capela-mor, retábulo em talha de Estilo Nacional onde figura, na tribuna, o Calvário de Cristo (**Fig. 3**), e nas paredes laterais figuram quatro telas alusivas a episódios da Paixão de Cristo,

[21] - Esta actividade laboral foi, neste período e na então vila, particularmente impulsionada pelas medidas *colbertistas* expressas na Pragmática de 1677 de D. Luís de Meneses, 3º Conde da Ericeira e vedor da Fazenda de D. Pedro II.

da autoria do pintor covilhanense Manuel Pereira de Brito[22]: do lado esquerdo, "Cristo no Horto" (**Fig. 4**) e a "Crucificação" (**Fig.**

Fig. 4 - "Cristo no Horto", Manuel Pereira de Brito, óleo sobre tela, séc. XVII, Capela de Santa Cruz ou do Calvário, Covilhã.

Fig. 5 - A Crucificação", Manuel Pereira de Brito, óleo sobre tela, séc. XVII, Capela de Santa Cruz ou do Calvário, Covilhã.

5), e do lado direito duas outras telas, "O Senhor da Cana Verde" (**Fig. 6**) e uma "Pietá" (**Fig. 7**). Este programa pictórico terá sido realizado nos últimos anos do século XVII, após a reformulação do compromisso da Irmandade pelo bispo.

[22] - Sobre a biografia deste pintor covilhanense, consultar Mendes, Maria do Carmo Raminhas, *Pintura Barroca e Emblema (…)*, vol.I, pp. 81-86.

Fig. 8 - Interior da Igreja da Misericórdia, séc. XVII, Covilhã.

Fig. 6 - "Senhor da Cana Verde", Manuel Pereira de Brito, óleo sobre tela, séc. XVII, Capela de Santa Cruz ou do Calvário, Covilhã.

ereira de Brito, óleo
de Santa Cruz ou do

Também neste período foi reformulada a capela-mor da Igreja da Misericórdia da Covilhã: edifício datado de 1601, foram em 1696 celebrados contratos entre a Santa Casa da Misericórdia e os entalhadores da vila de Tortosendo André Dias e Valério Aires para a realização de um retábulo em modo de tribuna, e com o pintor Manuel Pereira de Brito para todo o trabalho de pintura do espaço[23] (**Fig. 8**). Sabe-se, pelos dados da certidão de sagração do altar datada de 1699 e existente num livro de registo da Santa Casa da Misericórdia da Covilhã, que D. Rodrigo de Moura Teles contribuiu com esmola para pagamento das obras, «por ser caza pobre»[24].

[23] - Serrão, Vítor, Mendes, Maria do Carmo e Silva, Ricardo, *A Pintura do Salão dos Continentes na Casa das Morgadas e a Pintura na Covilhã no início do século XVIII*, Covilhã, Câmara Municipal da Covilhã, 2016, p. 24.
[24] - Mendes, Maria do Carmo Raminhas, *A Palavra da Imagem (...)*, vol. I, p. 245.

Dessa reformulação, chegaram-nos até hoje o retábulo (já sem o douramento), e as duas telas de Manuel Pereira de Brito, que figuram ambas do lado esquerdo da capela-mor: uma "A Anunciação" (**Fig. 9**) e uma "A Coroação da Virgem" (**Fig. 10**). Ambas terão sido realizadas entre os anos 1696 e 1699, ano da celebração dos contratos e ano da sagração do altar, respectivamente.

Fig. 10 - "A Coroação da Virgem", Manuel Pereira de Brito, óleo sobre tela, 1696-1699, Igreja da Misericórdia, Covilhã.

Mas é na Igreja de Nossa Senhora da Conceição que hoje se nos apresenta o programa imagético mais imponente. Antigo local de culto do desaparecido Convento de São Francisco da Covilhã, edifício datado do século XIII, apresenta na capela-mor um discurso visual onde o dogma da Imaculada, o Amor Divino e a Paixão de Cristo se entrelaçam, numa linguagem cenográfica que alia pintura, escultura e uma estrutura retabular em Estilo Nacional. Para a sua imponência foi determinante o facto de o seu patrono ser o então alcaide-mor da Covilhã, o Visconde

Fig. 9 - "A Anunciação", Manuel Pereira de Brito, óleo sobre tela, 1696-1699, Igreja da Misericórdia, Covilhã.

de Barbacena Jorge Furtado de Castro do Rio e Mendonça, figura de exemplar devoção e que tinha uma relação de amizade muito próxima com D. Rodrigo[25]. Frei Agostinho de Santa Maria refere, no seu *Santuário Mariano*, que D. Rodrigo de Moura Teles encomendou e pagou uma nova imagem da Imaculada Conceição para figurar neste espaço restaurado, todo ele espelho da própria personalidade do bispo, assumindo aqui uma linguagem claramente contrarreformista e de combate às heresias e à ignorância doutrinal (**Fig. 11**).

Fig. 11 - Vista do programa imagético da capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, 1699-1701, Covilhã.

Nas paredes desta capela-mor figuram quatro telas com santos da ordem franciscana, já estudadas por Vítor Serrão no seu livro *A Trans-Memória das Imagens*[26]: do lado esquerdo, São Boaventura (**Fig.12**) e uma rara representação do Doutor Duns Escoto (**Fig. 13**), defensor da causa da Imaculada Conceição, e do lado direito São Bernardino de Siena (**Fig. 14**) e Santo António de Lisboa (**Fig. 15**), sendo estas quatro telas também da autoria do pintor Manuel Pereira de Brito, que aqui assume também a sua condição de irmão da Ordem Terceira, a qual tinha capela instituída neste local.

[25] - Jorge Furtado de Castro do Rio e Mendonça, 2º Visconde de Barbacena, foi Governador de Armas da Província da Beira e Alcaide-mor da Covilhã entre 1676 e 1708, data do falecimento. Foi durante esse período provedor da Santa Casa da Misericórdia da Covilhã e patrono da capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Covilhã, à época inscrita no convento franciscano da então vila. O Visconde tinha residência em Penamacor, e em consulta aos Registos Paroquiais dessa localidade encontrámos referências que comprovam a amizade entre o Visconde e D. Rodrigo, que em 1696 se deslocou à então vila de Penamacor para baptizar a filha do Visconde, Ana Bárbara. Uma amizade que perdurou também na pessoa do primogénito do Visconde, Afonso Furtado de Castro do Rio e Mendonça, quando este recusa o título herdado do pai e ingressa no Mosteiro de Tibães, como Afonso dos Prazeres: foi encontrada na Biblioteca da Ajuda uma carta, datada de 1714, do recém frade dirigida a D. Rodrigo, já arcebispo de Braga, na qual Afonso dos Prazeres confirma, pelas suas próprias palavras, a proximidade: «Não quero tomar mais o tempo a Vossa Illustrissima façamos ambos por vermo-nos no Ceó, a onde tudo he eternidade, Deos o premita assim, e guarde a Vossa Illustrissima que com todas as vezes tem a minha observância, o meu amor, e a minha obrigaçaõ a seos pes.» (Mendes, Maria do Carmo Raminhas, *A Palavra da Imagem (...)*, vol. I, p. 131 e p. 279).

[26] - Serrão, Vítor, *A Trans-Memória das Imagens. Estudos Iconológicos de Pintura Portuguesa dos Séculos XVI a XVIII*, Lisboa, Cosmos, 2007.

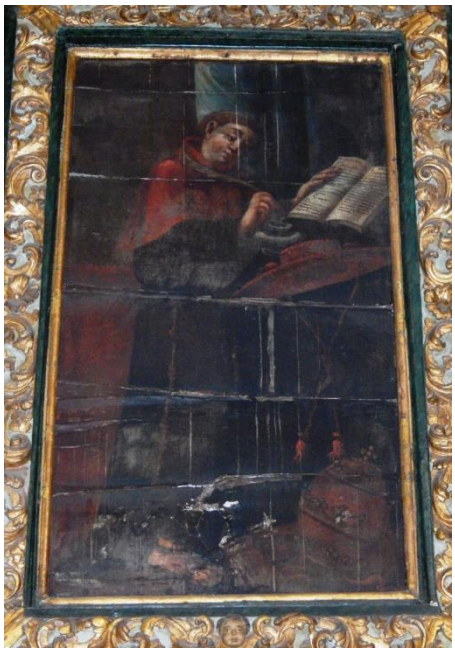

Fig. 12 – "São Boaventura", Manuel Pereira de Brito, óleo sobre tela, 1699-1701. Capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Covilhã (imagem da autora).

Fig. 13 – "Doutor Duns Escoto", Manuel Pereira de Brito, óleo sobre tela, 1699-1701. Capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Covilhã (imagem da autora).

Fig. 14 - "São Bernardino de Siena", Manuel Pereira de Brito, óleo sobre tela, 1699-1701. Capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Covilhã (imagem da autora).

Fig. 15 - "Santo António de Lisboa", Manuel Pereira de Brito, óleo sobre tela, 1699-1701. Capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Covilhã (imagem da autora).

Também da autoria de Manuel Pereira de Brito são as dez telas que cobrem o tecto em caixotão da capela-mor: com temáticas alusivas ao Amor Divino e à Paixão de Cristo, compõem um discurso que vai desde o episódio da "Agonia no Getsémani" até à

"Ressurreição" (**Fig. 16**). A imagem do Coração humano assume aqui, neste discurso, uma dimensão voltada para a conversão do âmago do próprio indivíduo, em cujo *homo interior* deveria gravar a imagem da Paixão de Cristo. Este programa, para além de reflectir o principal intento de D. Rodrigo enquanto pastor de almas, reflecte também toda a dimensão da sua própria pessoa, enquanto homem que personificava a imagem da redenção.

Estas dez telas foram inspiradas em dez das cinquenta e cinco gravuras do livro *Schola Cordis, siue, Aversi a Deo cordis ad eumdem reductio, et instructio*[27], do monge beneditino Benedictus Jacobus van Haeften (1588-1648)[28], um manual bastante difundido durante os séculos XVII e XVIII, e em cujas lições se ensinava o Coração a libertar-se dos vícios mundanos e a aproximar-se de Deus, pela purgação e pela incorporação em si da Paixão de Cristo, tendo como objectivo último a salvação eterna (**Fig.17**).

[27] - O *Schola Cordis* foi um manual bastante difundido pela Europa: teve a sua primeira edição latina e ilustrada em Antuérpia no ano de 1629, seguida de outras em 1635, 1663 e 1669. Teve traduções para várias outras línguas, entre o alemão com o título *Hertzen Schuel oder des von Gott abgerfuerten Herzens, windbringung zu Gott und underweisung* (com impressões em Ingolstadt no ano de 1663 e Augsburg no de 1664), e para o castelhano, de que se conhece *Escuela del Corazón, que escribio em lingua latina el R.P. Don Benito Haeften de la Orden de S. Benito*, da autoria de Frei Diego de Megolaeta da mesma ordem, com impressão em Madrid no ano de 1748. Também os protestantes reconheceram o valor desta obra, traduzindo-a para o inglês sob o nome *Schola Cordis, or the Heart of itself gone away from God, Brought Back Again to Him, and Instructed by Him*, da autoria de Christopher Harvey (1597-1663), com primeira edição em Londres no ano de 1647, seguida de três edições em 1664, 1674 e 1676. Do original *Schola Cordis* não se conhecem versões para português.

[28] - Monge beneditino, teólogo e escritor, foi prior do Mosteiro de Afflighem, na Bélgica. Nasceu em Utrecht em 1588 e faleceu em Spa no ano de 1648. Nos seus trabalhos reflectiu uma meditação profunda acerca da Regra de São Bento, que traçava linhas de conduta à vivência monástica em comunidade, a qual teria como finalidade única a obtenção da salvação eterna. Da sua autoria é também o livro *Regia Via Crucis* (com primeira edição em Antuérpia, no ano de 1635).

Fig. 16 – Vista do programa imagético do tecto da capela-mor, Manuel Pereira de Brito, óleo sobre tela, 1699-1701. Capela-mor da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Covilhã (imagem Pedro Almeida).

O *Schola Cordis* é composto por quatro livros de teor mais ascético que teológico. Van Haeften declara, logo de início, os seus objectivos com este livro, direccionado ao ser humano enquanto ser total: «Scopus mihi in hoc Opere non alius fuit; quam Imaginibus, oculos; versibus, aures; ipsis denique Lectionbus, animum & COR oblectare, instruere, & permovere»[29]. Os quatro livros são divididos, respectivamente, nas seguintes temáticas "Praevia ad Doctrinam Cordis Introductio" ("Introdução Prévia à Doutrina do Coração"), "Aversi Cordis ad Deum Conversio & Directio" ("O Coração Adverso que Converge na Direcção de Deus"), "Dei erga Cor humanum beneficia" ("Deus beneficia o trabalho do Coração humano") e "Exercitatio Cordis in Christi Passione" ("Exercício do Coração na Paixão de Cristo")[30], e repleto de citações de autores como Aristóteles, São Bernardo, São Boaventura, Cícero, Hugo de São Victor, Séneca e da Bíblia (Antigo e Novo Testamento); as cinquenta e cinco

[29] - «O meu objectivo com este livro não foi outro senão aprazeirar, instruir e mover o olho através das figuras, o ouvido através do verso e a mente e o coração através das lições» (HAEFTEN, Benedictus van, *Schola Cordis*, s.d., Livro I, Lição II "Instituti nostri ratio", BPE, fls. 10 a 14).
[30] - Cada livro é ainda dividido por classes, e por lições, que perfazem no total sessenta e nove.

gravuras surgem a partir do segundo livro, todas da autoria de Boécio Bolswert[31], e ilustram a entrada de cada lição.

A dezena de estampas reproduzidas no tecto não foi escolhida aleatoriamente – até porque não é sucessiva -, o que comprova que quem as escolheu tinha um conhecimento profundo do livro, tinha estruturado mentalmente todo um discurso em torno das mesmas, e tinha um alvo preciso a atingir – factos que se coadunam perfeitamente com a formação, com a personalidade e com as intenções pastorais de D. Rodrigo de Moura Teles (**Tabela 2**).

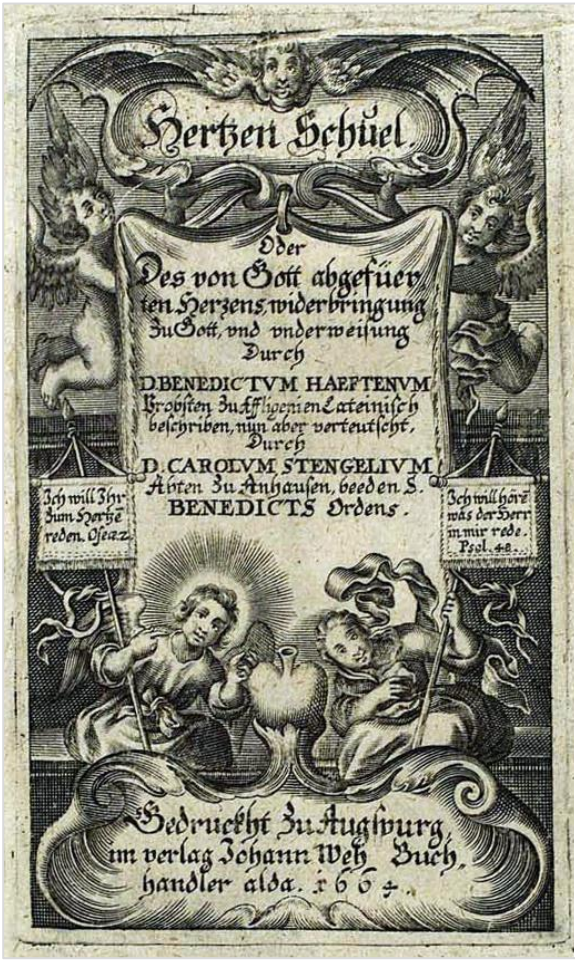

Fig. 17 - Folha de rosto do livro *Hertzen Schuel oder des von Gott abgerfuerten Herzens, windbringung zu Gott und underweisung*, de Benedictus van Haeften, Augsburg, 1664 (imagem Herzog August Bibliothek, disponível em: < http://diglib.hab.de/drucke/li-3284/start.htm>).

Disposição das tábuas do tecto da Igreja de N. Sra. da Conceição	***SCHOLA CORDIS*** (Augsburg, 1664)
"Agonia no Getsémani"	Fl. 664 – **Lição I**: "BALNEUM CORDIS, EX SUDORE SANGUINEO"
"A Flagelação"	Fl. 680 – **Lição III**: "FULCRUM CORDIS CHRISTI COLUMNA"
"O Véu de Verónica"	Fl. 705 – **Lição VI**: "PICTURA CORDIS EX SINDONE VERONICAE EXPRESSA"

[31] - Na versão protestante de Christopher Harvey, este número foi reduzido para quarenta e sete gravuras. Também a introdução à doutrina do coração de Haeften, que consta no Livro I do *Schola Cordis*, foi retirada.

“Coroação de Espinhos”	Fl. 697 – **Lição V**: “SEPIMENTUM CORDIS CORONA SPINEA”
“Oferta de vinho com mirra a Jesus”	Fl. 713 – **Lição VII**: “COR PHIALA CHRISTO SITIENTI”
“Simão de Cirene ajuda Jesus a carregar a Cruz”	Fl. 672 – **Lição II**: “VINCULUM CORDIS, EX FUNIBUS CHRISTI”
“A Crucificação”	Fl. 721 – **Lição VIII**: “COMPUCTIO CORDIS CLAVO TIMORIS DEI”
“A Ressurreição”	Fl. 789 – **Lição XXV**: “SPECULUM CORDIS IN QUINQUE VULNERIBUS”
“A Elevação da Cruz”	Fl. 734 – **Lição IX**: “CORDIS IN CRUCE EXPANSIO”
“A Exposição da Cruz”	Fl. 743 – **Lição X**: “CRUCIS IN CORDE PLANTATIO”

Tabela 2 - Correspondência entre as representações do tecto em estudo, as dez lições e respectiva localização no livro *Schola Cordis* (na versão de 1664, impressa em Augsburg).

As gravuras seleccionadas retratam episódios alusivos à Paixão de Cristo, com percurso iniciado no Jardim das Oliveiras culminando na Ressurreição; são, no entanto, tais representações alegorias encenadas por três figuras: um Anjo, uma figura associada à Alma, e um Coração. Entre estes desencadeia-se um diálogo, em que o orgão surge como mediador entre os personagens Anjo e Alma: uma relação que se deveria repercutir na existência terrena, durante a qual o coração deveria ser o receptáculo da virtude, dado que era o elo de ligação entre o humano e o divino na medida em que nele habitava o espírito. Neste contexto, estas pinturas representam assim um apelo à virtude individual como via ao Amor Eterno: Deus. Esta pureza – expressa *in extremis* no exemplo da Imaculada - seria apenas alcançável interiorizando no coração o Calvário de Cristo, que nos resgatou do pecado – sendo este, na mente do seu promotor, o único meio para o homem se libertar da mácula original que carregava desde o início dos tempos, e se tornar digno de ver Deus. Uma intenção apostólica que pretendia, afinal, alterar completamente vivências sociais e mentalidades individuais, directamente no âmago do crente.

Será, por fim, importante referir a existência deste exemplar único em toda a diocese da Guarda: representa São Pascoal Bailão (**Fig. 18**), santo símbolo da devoção ao sacramento da Eucaristia e que D. Rodrigo de Moura Teles asseverou, no seu testamento, ser seu advogado. Encontra-se hoje no Museu Paroquial da aldeia de Barco, no concelho da Covilhã, é pertença da paróquia e desconhece-se por completo como terá ali aparecido. Embora o único elo de ligação com D. Rodrigo seja a devoção expressa no seu testamento, fica a possibilidade que esta imagem seja mais um testemunho da passagem deste bispo pela diocese egitaniense; três hipóteses são levantadas: terá chegado aqui resultado de uma oferta sua aos súbditos da freguesia de modo a inspirar a devoção pelo sacramento da Eucaristia; terá sido trazida por algum visitador ou pregador, ao tempo de D. Rodrigo, com o mesmo intuito; ou terá sido resultado da confusa arrolação dos bens conventuais da diocese após 1834 ou até mesmo da descoordenação subsequente à Implantação da República. Sem documentação é impossível saber; no entanto esta imagem está, ainda hoje e felizmente, preservada.

Fig. 18 - "São Pascoal Bailão", autor desconhecido, madeira policromada, séc. XVIII (1º quartel), Museu Paroquial da aldeia de Barco, Covilhã.

Breves notas conclusivas.

O período de cerca de dez anos em que a Diocese da Guarda contou com a presença de D. Rodrigo de Moura Teles marcou-se pela continuidade da reformulação dos usos e costumes iniciada por um dos bispos que o antecedeu, D. Frei Luís da Silva (bispo da Guarda entre 1685 e 1691).

D. Rodrigo de Moura Teles destacou-se, na diocese egitaniense, pela postura assertiva e de constante zelo pela interiorização e prática da doutrina cristã, não apenas através do seu próprio exemplo de bom pastor, mas promovendo, em lugares

estratégicos, a criação de *catequeses visuais*, num claro combate à ignorância doutrinal que teimava em grassar.

Até à chegada de D. Rodrigo de Moura Teles à diocese da Guarda, na última década do século XVII, já os anteriores bispos tinham referido o estado de degradação moral a que se devia atentar nas gentes, a pouca formação doutrinal e moral do corpo clerical e a culpabilização deste último pelo estado em que a fé dos súbditos se encontrava; a chegada deste prelado, um *apóstolo* dos tempos, formado no espírito contrarreformista e dinamizador dos valores jacobeus que assumia e defendia – atitude que perdurou enquanto arcebispo – renovou por completo o entendimento e a prática de uma vida religiosa, na diocese e, em particular na então vila da Covilhã, lugar de prosperidade económica.

Para além de, durante o seu bispado, ter reformulado locais de culto e promovido a criação de programas imagéticos um pouco por toda uma diocese que dirigia com um empenho pessoal determinado e exemplar, a existência de um convento franciscano na vila da Covilhã (enquanto lugar de erudição e de forte presença do sentimento de devoção à causa da Imaculada), e o padroado da sua capela-mor por parte de um nobre protector da fé católica, tornaram-se factores que completaram o quadro que o espírito sagaz de D. Rodrigo de Moura Teles não descuidou: reformulou aquele lugar como local de convergência de todo um programa visual impactante que realmente expressasse os valores que defendia e acreditava, em consonância com Trento, dando forma à função que lhe tinha sido imbuída por Deus: converter e espalhar a *boa nova*, a todos os homens. A encomenda pessoal de uma nova imagem da Virgem Imaculada a Lisboa revelou-se, afinal, a génese da reformulação de todo um espaço que, contemplado hoje, expressa todo o pensamento de um homem de inigualável valor na sua época.

Os testemunhos pictóricos apresentados no presente estudo assumem-se como a expressão do pensamento de um homem cuja determinação provocou certamente grandes alterações no modo de ver e sentir o divino, ensinando e convertendo para a salvação das almas das quais se considerava pastor, não castigando e incutindo temor mas unificando o singular no plural com uma mensagem de esperança e de amor. Com a sua chegada o sentimento de devoção vivificou-se, porque a imagem que ele trouxe apresentou o modelo a seguir: Cristo e o Amor expresso na sua Paixão, numa linguagem que agora se revela universal e intemporal.